

Patroas na berlinda

Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y... Más Nada.

CHANEY, Elsa M. e CASTRO, Mary Garcia (org.).

México: Nueva Sociedad, 1993.

"Se fala da solidariedade das mulheres entre si, mas as feministas são mulheres de classe média. Trabalham e precisam de empregadas domésticas em suas próprias casas."

(Líder peruana de sindicato de empregadas domésticas)

Ainda antes de iniciar a leitura do livro organizado por Elsa M. Chaney e Mary Garcia Castro, o título - estampado em letras vermelhas ocupando quase toda a superfície da capa - me provoca uma sensação de desconforto. Percebo de imediato que, para além do tema declarado no subtítulo - empregadas domésticas na América Latina e no Caribe - o que irei encontrar, nos 22 artigos reunidos em suas mais de 400 páginas, é a evidência implícita e, eminentemente incômoda, de minha condição de patroa.

O sentimento me é familiar. É o mesmo que enfrento, no papel de pesquisadora, diante de meu próprio estudo sobre emprego doméstico no Brasil. Suspeito que seja comum, mesmo que de forma não-explicitada, às várias pesquisadoras, mulheres de classe média, que se voltam para este tema. Suspeito que esteja presente, de modo ainda mais radical, naquelas que, como Elsa M. Chaney e Mary Garcia Castro, acrescentam à preocupação acadêmica o compromisso com uma ação política feminista, buscando revelar os mecanismos de poder presentes nas hierarquias de gênero e classe que são próprias a este tipo de trabalho. A leitura dos artigos por elas reunidos em sua coletânea parecem confirmar esta hipótese.

Um primeiro sintoma é a escassez e pouca sistematicidade da produção acadêmica, de um modo geral, e feminista, em particular, sobre as relações de emprego doméstico. É surpreendente que, ao mesmo tempo em que somos informados, logo nas primeiras frases da Introdução, que "as empregadas domésticas - definidas como pessoas que servem a um indivíduo ou uma família na sua casa - representam pelo menos 20% das mulheres que pertencem à força de trabalho remunerado na América Latina e no

Caribe" e que, em alguns países esta proporção chega a atingir um terço desta população, seu estudo seja apresentado, no ano de 1989 (data da primeira edição, nos Estados Unidos, da coletânea em questão), como constituindo "um novo campo de investigação e de ação".

Embora o caráter isolado, subordinado e idealmente "invisível" deste tipo de trabalho sejam os principais argumentos com que Chaney e Castro justificam esta desatenção sociológica, o conjunto de trabalhos publicados me sugere uma outra interpretação.

Em primeiro lugar, o isolamento que separa cada empregada do conjunto da categoria social e profissional a que pertence, mantendo-a imersa no universo da família empregadora, só permitiria explicar a dificuldade das próprias domésticas em refletir sobre sua condição, em tomar-se a si mesmas como objeto de estudo. Mas o que dizer das cientistas sociais, das pesquisadoras e militantes feministas? No seu caso, a meu ver, ao contrário do afastamento, é a excessiva proximidade do objeto de estudo que pode explicar o "esquecimento".

Mais do que nas características do próprio objeto de estudo, portanto, é na relação entre o sujeito e seu objeto que me parece residir o nó do problema. Uma relação de extrema ambiguidade uma vez que, nela, o sujeito é também protagonista. Efetiva ou potencialmente (este é um detalhe circunstancial), no contexto das sociedades da América Latina e do Caribe, a pesquisadora ou militante de camadas médias é patroa. Carapuça complicada esta. Pois, se o trabalho da empregada está entre as mais subordinadas de todas as ocupações femininas remuneradas, quem é sua subordinadora direta? Aos olhos de quem seu trabalho é "invisível"?

Mesmo considerando que, como nos mostram as abordagens históricas que abrem a coletânea, as atuais relações de emprego doméstico na América Hispânica são um legado de nosso passado patriarcal e estão fundadas na lógica que caracteriza a sua hierarquia de gênero, não resta dúvida que uma diferença de classe, reforçada pelas de raça e etnicidade, introduz no interior do próprio gênero uma diferença radical.

Os estudos que compõem a terceira parte do livro - "Questões para o feminismo" -, significativamente sua parte central, revelam o quanto a percepção do antagonismo de suas posições relativas está presente tanto na consciência das patroas quanto das empregadas politicamente engajadas. Isto, no entanto, a partir de pontos de

vista e com conseqüências bastante distintas. Enquanto, no caso das empregadas, esta consciência se expressa numa ênfase nas oposições de classe e resulta na recusa ou forte resistência em aceitar alianças com o movimento feminista, que, a seu ver, é um movimento de patroas (que, aliás, poderiam ser suas patroas), para essas últimas, cuja ação se orienta pelo ideal da solidariedade de gênero, a percepção do antagonismo traz, principalmente, um misto de culpa e frustração. A análise de Mary Goldsmith resume brilhantemente este impasse: "o emprego doméstico tem sido uma pedra no sapato do feminismo latino-americano, dado que as próprias feministas empregam domésticas. As feministas de classe média são forçadas a reconhecer que, freqüentemente, só são capazes de ter uma participação política porque uma pobre empregada arca com uma grande parte de sua dupla jornada. Esta situação gera uma relação de poder tensa, que é a antítese da fraternidade feminista".

Assumir as empregadas domésticas como objeto de estudo, portanto, é, sobretudo para as mulheres latino-americanas e caribenhas de classe média, colocar-se inevitavelmente face ao dilema de uma desigualdade patente no interior do próprio gênero. Desigualdade tanto mais patente porque extremamente próxima e familiar, literalmente doméstica. Desigualdade tanto mais perturbadora porque não apenas testemunhada, mas exercida e perpetuada por elas mesmas no seu cotidiano. Não há como pensar as empregadas domésticas sem nos vermos no espelho de

nossos próprios bastidores. Uma aventura nada fácil do ponto de vista existencial, mas que pode ter grandes conseqüências do ponto de vista da produção teórica e da ação política.

Uma aventura que Elsa Chaney e Mary Castro assumem corajosamente. E, com tamanha audácia, que optam por dar voz presente ao próprio grupo investigado. Num certo sentido, por dar-lhes a palavra final, pois é com depoimentos de líderes dos movimentos de empregadas domésticas e a reprodução de documentos produzidos por suas organizações que concluem a parte de conteúdo de seu livro.

Pelo pioneirismo de seu esforço e riqueza de suas informações, *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empleadina, Sirvienta y... Más Nada é*, indiscutivelmente, para todos os que se interessam pelas relações de gênero, em suas múltiplas dimensões, uma obra de referência obrigatória. Se, de fato, de acordo com a avaliação das organizadoras, "o trabalho acadêmico sobre o serviço doméstico tem constituído uma série de esforços desconexos, não sustentados por um conceito teórico central" e "a maioria dos artigos incluídos .. são mais descritivos que teóricos", eles possuem o valioso mérito de expor dilemas e instalar perplexidades que não dizem respeito apenas ao seu objeto de estudo específico, mas que apontam para a necessidade de repensar alguns aspectos centrais tanto da teoria quanto da prática política que vem sendo desenvolvida no campo do feminismo.

ILANA STROZENBERG ■

Perversa lucidez da nostalgia

Luz Del Fuego, a Bailarina do Povo.

AGOSTINHO, Cristina, PAULA, Branca de BRANDÃO, Maria do Carmo.

São Paulo: Best-Seller, 1994.

Ela nasceu Vivacqua, em 21 de fevereiro de 1917, numa segunda-feira de Carnaval, ladeada, seguramente, por apaixonados pierrôs, ladinos arlequins e trêfegas colombinas renunciando o que estava por vir, e foi batizada com o nome de Dora; referia-se ao sobrenome insinuando divertida o forte sentido: água-viva.

Quando da primeira apresentação no Circo Pavilhão Azul anuncia-se como Luz Divina. Depois, já mais decidida do rumo que pretendia para a vida artística e por mais uma jogada promocional, surge

como Luz del Fuego (o nome talvez evocasse estrangeirismo que na época fazia acorrer maior público para os espetáculos). Esses nomes tinham seu próprio cerimonial, uma lógica, uma estratégia. Não envolver a família e não ser perseguida por esta quando de suas fresloucadas atitudes. Eram acessos independentes à sua pessoa, variando em alcance. Contudo o nome Luz del Fuego, aquele que lhe marcou a parte mais madura da vida, expressa o que ela considerava essencial: uma identidade absoluta e única, sem o precedente familiar; obviamente, nunca dispensando as formas adjetivadas que tanto lhe massageavam o ego, atreladas à sua pessoa e estampadas nas matérias de jornais, exótica, exibicionista, megalomaniaca, bailarina do povo, a vedete das cobras, rainha do carnaval.. E a cada uma destas distinções, irrequieta, forjava melhor a cunha que iria bater no muro bem arumado do instituído,